

Concurso CLACSO-Asdi 2013 “Estudios sobre políticas públicas en América Latina y el Caribe: Ciudadanía, democracia y justicia social”

Palloma Valle Menezes

**RUMORES E CRÍTICAS EM FAVELAS "PACIFICADAS":
um estudo sobre como moradores e policiais avaliam as Unidades de Polícia Pacificadora**

**Data de entrega
Dezembro de 2013**

OBJETIVOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Quase cinco anos passaram-se desde a chegada da Polícia Militar no Morro Santa Marta em 19 de novembro de 2008. A ocupação da favela foi o ponto de partida para a criação de um projeto que, posteriormente, ganhou centralidade no debate sobre segurança pública no Rio de Janeiro: as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Este projeto de “policiamento de proximidade”, nos últimos anos, consolidou-se e expandiu-se. Atualmente existem 36 UPPs e a previsão é do Governo do Estado é que até 2014 existirão 40 UPPs na cidade do Rio de Janeiro.

Com o intuito de compreender o que moradores de diferentes territórios “pacificados” e policiais que trabalham nas UPPs pensam sobre este projeto, realizei entre junho e setembro de 2013 uma pesquisa qualitativa em três favelas: Santa Marta (localizado na Zona Sul, que foi a primeira favela a receber uma UPP), Cidade de Deus (situada na Zona Oeste, que foi a segunda a receber esse modelo de “policiamento de proximidade”) e Parque Proletário (que fica na Zona Norte e foi “pacificada” há apenas um ano). A pesquisa teve o objetivo de analisar os impactos das UPPs e mapear as críticas e os rumores que vêm circulando sobre o projeto entre policiais e moradores desde a sua inauguração.

Ao longo dos quatro meses de pesquisa, ouvi muitos relatos que apontavam que um grande número de policiais, assim como de moradores de territórios “pacificados”, sentem que existe uma discrepância entre a forma como eles vivenciam a UPP no cotidiano e o modo como o projeto vem sendo retratado pela mídia e apresentado no debate público. Mas, embora discordem, em muitas situações do que é dito sobre as UPPs, esses atores apontam que quase nunca têm a possibilidade de apresentar, publicamente, suas vivências, experiências e críticas em relação à essa política pública. Por isso, pude perceber que muitas informações e percepções sobre a UPP circulam dentro de círculos de confiança e apenas se difundem na forma de rumores.

Considero que o fato de muitos relatos circularem na forma de rumores – ao invés de serem apresentadas, em público, como “críticas abertas” – pode ser uma evidência de que a experiência de “vida sob cerco”¹, experimentada pelos moradores de favelas nas últimas décadas, não se alterou por completo. Explico melhor: por um lado, sem dúvida, os moradores de favelas com UPP reconhecem que o processo de “pacificação” gerou um “desafogo” na intensa preocupação que eles tinham com manifestações violentas, como tiroteios constantes, que impediam o prosseguimento de suas rotinas diárias. Mas, por outro, a população dessas favelas continua enfrentando uma enorme dificuldade para manifestar publicamente suas demandas. Dificuldade esta que deve-se ao fato de não haver um horizonte para as críticas da população favelada serem tratadas no debate público ou mesmo em termos institucionais.

É possível dizer que durante os últimos anos houve uma espécie de desconsideração em relação a muitas das críticas formuladas pelos moradores por parte tanto da polícia, quanto do Governo, como da mídia e mesmo por parte de outras parcelas da população que não moram em favelas – cenário este que, atualmente, parece estar sofrendo algumas alterações como indicarei mais adiante. Mas o fato é que, por muito tempo, as reclamações dos moradores foram “silenciadas” porque estavam associadas à opinião de parte dos moradores da cidade e da mídia a uma suposta adesão oculta dos “favelados” ao tráfico. Essa associação acabou “obrigando” quem apresentava uma crítica pública a se enquadrar em um de dois extremos: contra o tráfico e a favor da UPP ou contra a UPP e a favor do tráfico.

¹ Machado da Silva (2008) chama de “vida sob cerco” a experiência de confinamento socioterritorial e político que gera nos moradores de favela uma intensa preocupação com manifestações violentas que impedem o prosseguimento de suas rotinas diárias e dificultam a manifestação pública de suas demandas.

É preciso ressaltar, contudo, que os moradores não são os únicos a encontrar dificuldade em publicizar suas críticas ao projeto das UPPs. Os policiais que trabalham com esse “policiamento de proximidade” – especialmente os recém-formados que se encontram em uma posição hierárquica mais baixa dentro da PM – também se deparam com reduzidas possibilidades para expressarem publicamente o que pensam sobre esta política pública. Durante as entrevistas que realizei, muitos policiais apontaram que não podem se pronunciar publicamente – por conta do militarismo e da hierarquia que só permite que os superiores se pronunciem, falando em nome da corporação. E além disso, muitos mostraram-se incomodados, especialmente, por não poderem apresentar nem mesmo dentro de seus ambientes de trabalho críticas ao projeto ou às decisões tomadas pelos comandantes e outros superiores das UPPs.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS ESPECÍFICAS

Diante das reduzidas possibilidades de apresentação de críticas às UPPs no debate público, o que disseram os moradores e os policiais do Santa Marta, Cidade de Deus e Parque Proletário quando foram convidados a avaliar detalhadamente essa política pública durante a realização de minha pesquisa? Em primeiro lugar, os moradores apontaram que a diminuição dos tiroteios e das mortes violentas foi o principal benefício trazido pelo processo de “pacificação”. No entanto, os entrevistados ressaltam que a “pacificação” não significou o fim da violência nas favelas, mas uma mudança nos padrões de crime e conflito nesses territórios. Isso porque, enquanto os homicídios tiveram uma enorme queda, crimes não-letais aumentaram significativamente. É interessante notar que esse crescimento de crimes como furto, roubo e estupro tem levado muitos moradores a criticar a eficiência do policiamento implementado pela UPP e a questionar se os policiais estão no morro para, de fato, prover segurança dentro do território da favela ou se estão ali apenas para vigiar e controlar esta parcela da população que há décadas é, cotidianamente, criminalizada.

Policiais e moradores ainda estão longe de ter uma relação de proximidade no território das favelas “pacificadas”. Embora alguns comandantes tentem usar estratégias – como dar aulas de futebol e judô, organizar passeios, eventos, festas e reuniões – para tentar aproximar a UPP e a população, ainda existe um sério problema de comunicação entre os moradores e os policiais. O grau de aproximação entre a população e os agentes da UPP varia muito de favela para favela. Em alguns locais onde o processo de “pacificação” já está mais consolidado – como no Morro Santa Marta –, há menos tensão no contato entre a UPP e a população. Mas em outras localidades, onde a ocupação é mais recente – como no Parque Proletário –, os confrontos armados ainda são constantes e quase não existe contato entre a população e os policiais da UPP.

Uma das causas dessa falta de diálogo, sem dúvida, é a desconfiança que os moradores têm da polícia militar – que, historicamente, agiu de modo arbitrário, violento e corrupto nas favelas cariocas. Mas outros dois fatores que também colaboram para explicar essa dificuldade de aproximação são a continuidade da presença do tráfico, ainda que de modo menos aparente que outrora, e a falta de confiança dos moradores na continuidade do projeto das UPPs. Grande parte da população de favelas “pacificadas” teme se aproximar de policiais, pois acha que, tanto no presente quanto futuramente, pode sofrer represálias de traficantes – correndo até o risco de perder a vida –, sobretudo caso a UPP acabe e a polícia deixe de atuar permanentemente nas favelas. E colabora ainda para essa desconfiança, a percepção dos moradores de que, com o passar do tempo de ocupação, está havendo um crescimento de casos de corrupção e uma retomada do fortalecimento dos traficantes nos territórios “pacificados”. Muitos moradores têm comentando que “tudo parece estar voltando a ser como era antes da chegada da UPP”.

Uma crítica apresentada tanto por moradores como por policiais é que a PM chegou sozinha em muitas favelas “pacificadas” – especialmente, naquelas que, diferentemente do Santa Marta, não tem muita visibilidade. A população e agentes da UPP reclamam que até agora não foi cumprida a promessa de que outras secretarias do Governo do Estado, além da de segurança pública, atuariam nesses territórios. Os projetos Territórios da Paz (do Governo do Estado) e UPP Social (da Prefeitura) – que tinham o objetivo inicial de coordenar as diversas ações sociais que diferentes secretarias promoveriam nas favelas “pacificadas” – não vêm conseguindo ter sucesso e parecem ter, cada vez mais, a credibilidade abalada.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS GERAIS

É interessante notar que muitas dessas críticas que policiais e moradores não conseguiam publicizar até pouco tempo atrás, começaram a ganhar mais espaço no debate público com as grandes manifestações que tomaram conta das ruas das principais capitais do Brasil desde junho de 2013. De certo modo, as UPPs hoje já não contam mais com a legitimidade de outrora. Se é verdade que, em um primeiro momento, o projeto conseguiu incorporar duas críticas que comumente eram feitas à política de segurança – ou seja a crítica à intermitência e ineficácia das ações policiais em favelas e à suposta ausência do Estado nesses territórios–, e assim, desarticulou e desarmou as críticas que comumente eram dirigidas às ações governamentais. Por outro lado, com o passar do tempo, novas críticas emergiram, se reordenaram e ganharam força.

Até pouco tempo atrás, parecia haver um consenso relativo, ao menos em grande parte da população e da mídia carioca de que a UPP era a melhor política de segurança instituída nas últimas décadas. No entanto, a euforia por parte desses setores – beneficiados pela significativa diminuição de tiroteios e consequente valorização dos imóveis em localidades próximas às favelas – parece ter, senão se perdido por completo, ao menos se enfraquecido bastante. Casos como o de Amarildo – um morador da Rocinha que desapareceu após ser levado por policiais da UPP – e a pressão exercida pela população nas ruas sobre a ação policial atestam o enfraquecimento do consenso em torno do projeto. Enfraquecimento este que é reconhecido pelos próprios policiais da UPP que, nas entrevistas realizadas durante minha pesquisa, disseram temer a desmoralização do projeto.

Outros fatores como a ampliação apressada de UPPs - por necessidade de adequação ao calendário dos grandes eventos como Copa do Mundo e Olimpíadas – também parecem contribuir para enfraquecer internamente e externamente a estabilidade criada em torno do projeto das UPPs. E, nesse contexto, parece estar diminuindo a esperança de que a experiência das UPPs possa promover uma efetiva “pacificação” não só do território propriamente dito das favelas, mas também da própria polícia, criando condições para permitir uma reforma mais ampla na corporação. Ou seja, acredita-se cada vez menos que a “nova polícia” possa contaminar a “velha polícia”, já que o contrário é o que parece estar acontecendo. As denúncias de corrupção e abuso policial têm crescido e, mesmo tempo, a postura dos grupos armados que controlam a venda de droga nas favelas têm sido mais destemida, mostrando que os traficantes estão cada vez mais descrentes com relação ao poder efetivo dessa nova forma de policiamento.

Todas essas questões ajudam a corroborar o fato de que a UPP, enquanto projeto geral, tem perdido não apenas legitimidade, mas sua própria “estabilidade” parece estar em jogo. E as críticas que vem sendo feitas ao projeto parecem contribuir para que essa caixa preta se reabra e seja novamente problematizada. Portanto, há novas indeterminações à vista!

Palloma Menezes é pesquisadora do Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado em sociologia pelo IUPERJ e é doutoranda no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ) e no Department of Social and Cultural Anthropology da VU Universiteit Amsterdam. E-mail: pallomamenezes@gmail.com